

Centro Social do Pego

Anexo às DF

31 de Março de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis.....	13
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	15
9	Inventários	15
10	Rédito.....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14	Imposto sobre o Rendimento	17
15	Benefícios dos empregados.....	17
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17	Outras Informações	17
17.1	Investimentos Financeiros	18
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3	Clientes e Utentes.....	18
17.4	Outras contas a receber.....	19
17.5	Diferimentos	19
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	19
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	19
17.8	Fundos Patrimoniais	20
17.9	Fornecedores	20
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	20
17.11	Outras Contas a Pagar	20
17.12	Outros Passivos Financeiros	21
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	21
17.14	Fornecimentos e serviços externos	21

17.15 Outros rendimentos.....	21
17.16 Outros gastos.....	22
17.17 Resultados Financeiros	22
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social do Pego” tem a sua sede em Rua do Casal, s/n, freguesia de Pego, concelho de Abrantes, 2205-351 Pego, distrito de Santarém e o seu âmbito de ação abrange a mesma freguesia e concelho.

O número de identificação fiscal é 502591161.

É uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública de 23 de Julho de 1991 sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Direito Privado”, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com registo lavrado pela inscrição nº 60/92, de fl.6.2v a fl.6.3 do livro nº 5 das associações de solidariedade social, efetuado em 23Dez1991 (Diário da República, Série III, de 17-9-1992, nº 215, pág. 16.909).

A alteração dos estatutos em conformidade com o novo Estatuto das IPSS, aprovado pelo D.L. nº 172-A/2014 e Lei nº 76/2015, teve publicação oficial do Registo definitivo efetuado pela D.G.S.Social no Portal da Justiça em 9Out2017.

Tem como atividade os seguintes objetivos:

- a) A proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho;
- b) Apoio a crianças e jovens;
- c) Apoio à família;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Promoção e proteção da saúde; nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos.
- f) Além dos fins enumerados no número anterior, o Centro Social do Pego pode prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos com aqueles compatíveis, designadamente iniciativas de carácter económico, social, educativo, cultural/recreativo e desportivo, para a realização dos meios necessários à prossecução dos fins estatutários e no âmbito das suas atividades de natureza associativa.

Para a realização dos seus objetivos, a instituição tem em funcionamento as seguintes respostas sociais:

- Centro de dia;
- Apoio domiciliário;
- Creche;
- Jardim-de-infância;
- Um lar de idosos, agora também designado de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas).

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2011 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura e foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Em 2016, foi adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) com entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2016 aprovada pela portaria nº 220/2015, de 24 de Julho, e que a partir desta data será tida como referencial contabilístico.

As Demonstrações Financeiras de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são (foram) calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens assim que os ativos estejam (estiveram) em condições de ser utilizados.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero (o que é o caso aplicável), exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha (teve) com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, assim que os mesmos estão em condições de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.6 Investimentos financeiros

As participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, bem como para alguns dos serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de serem gerados fluxos de caixa.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

À data de relato a Entidade avalia os seus ativos financeiros ao valor nominal da aquisição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Locações

(Não aplicável)

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor ...”

No caso do Centro Social do Pego, por não ter nem atividade nem rendimentos da tipologia atrás indicada, só é aplicável o regime da isenção mencionada na b) do nº1 do artº 10 do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade **não** usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	7.980,77	0		7.980,77
Edifícios e outras construções	3.169.633,29	45.345,10		3.214.978,39
Equipamento básico	230.089,52	0		230.089,52
Equipamento de transporte	139.775,79	0		139.775,79
Equipamento e Mobiliário	163.069,31	5.345,91		168.415,22
Outros Ativos fixos tangíveis	35.058,56	2.204,46		37.263,02
Total	3.745.607,24	52.895,47	0,00	3.798.502,71

Depreciações acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0		0,00
Edifícios e outras construções	377.649,94	63.611,35		441.261,29
Equipamento básico	156.272,28	10.026,42		166.298,70
Equipamento de transporte	139.775,79	0		139.775,79
Equipamento e Mobiliário	95.227,17	15.259,65		110.486,82
Outros Ativos fixos tangíveis	24.867,18	1.303,57		26.170,75
Total	793.792,36	90.200,99	0,00	883.993,35

Custo	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Edifícios e outras construções	3.214.978,39	26.145,17	0	3.241.123,56
Equipamento básico	230.089,52	8.158,59		238.248,11
Equipamento de transporte	139.775,79	0		139.775,79
Equipamento e Mobiliário	168.415,22	2.070,82		170.486,04
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02			37.263,02
Total	3.798.502,71	36.374,58	0,00	3.834.877,29
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0		0,00
Edifícios e outras construções	441.261,29	64.134,25		505.395,54
Equipamento básico	166.298,70	11.386,17		177.684,87
Equipamento de transporte	139.775,79	0		139.775,79
Equipamento e Mobiliário	110.486,82	15.419,85		125.906,67
Outros Ativos fixos tangíveis	26.170,75	1.303,57		27.474,32
Total	883.993,35	92.243,84	0,00	976.237,19

Propriedades de Investimento

Não aplicável.

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade **não** usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de instalação	26.506,48			26.506,48
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	26.506,48	0,00	0,00	26.506,48

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Despesas de instalação	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de instalação	26.506,48			26.506,48
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	26.506,48	0,00	0,00	26.506,48

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Empréstimos bancários

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso a empréstimos bancários:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	7.980,77	0,00	7.980,77	7.980,77	0,00	7.980,77
Edifícios e outras construções	3.241.123,56	505.395,54	2.735.728,02	3.214.978,39	441.261,29	2.773.717,10
Equipamento básico	238.248,11	177.684,87	60.563,24	230.089,52	166.298,70	63.790,82
Equipamento de transporte	139.775,79	139.775,79	0,00	139.775,79	139.775,79	0,00
Equipamento administrativo	170.486,04	125.906,67	44.579,37	168.415,22	110.486,82	57.928,40
Outros Ativos fixos tangíveis	37.263,02	27.474,32	9.788,70	37.263,02	26.170,75	11.092,27
Total	3.834.877,29	0,00	2.858.640,10	3.798.502,71	883.993,35	2.914.509,36

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	250.000,00	622.402,11	872.402,11	150.000,00	674.614,46	824.614,46
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	142.149,29	142.149,29	0,00	170.579,13	170.579,13
Total	250.000,00	764.551,40	1.014.551,40	150.000,00	845.193,59	995.193,59

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	80.642,19	26.145,17	106.787,36	134.988,28	30.539,83	165.528,11
Total	80.642,19	26.145,17	106.787,36	134.988,28	30.539,83	165.528,11

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.634,99	151.117,96	0,00	43.354,17	158.832,92	0,00	88.655,85
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	17.634,99	151.117,96	0,00	43.354,17	158.832,92	0,00	88.655,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				144.011,47			146.879,14
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	712.978,98	662.334,23
Quotas e joias	13.062,50	13.286,25
Promoções para captação de recursos	0,00	1.640,96
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	1.000,00	2.000,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	727.041,48	679.261,44

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não ocorreram variações relativas a provisões:

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios e Apoios do Governo” e outras entidades públicas (Conta 593) :

Descrição	2017	2016
Subsídios e Apoios do Governo		
	1.549.550,77	1.587.595,65
Total	1.549.550,77	1.587.595,65

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente 26 e 27. A alteração ocorrida, ficou a dever-se ao falecimento de um membro suplente da Direção, o que não determinou substituição.

Os órgãos diretivos não são remunerados:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 94 e em 31/12/2016 foi de 92.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	795.624,60	748.203,65
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	159.667,33	140.081,26
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.063,97	8.528,16
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.661,77	5.248,50
Total	968.017,67	902.061,57

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	9.156,59	5.750,07
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	9.656,59	6.250,07

O valor inscrito em “investimentos noutras empresas” diz respeito ao título de capital CCA, pelo qual este Centro Social se tornou associado.

Pese embora sejam classificados como “outros investimentos financeiros” os valores inscritos nesta rubrica correspondem apenas aos descontos obrigatórios para o Fundo de Compensação.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	718,75	585,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	718,75	585,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	9.861,19	5.873,75
Total	9.861,19	5.873,75

Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

17.4 Outras Devedores e Credores

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	1.036,11	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.246,57	9.246,57
Outras operações	0,00	-378,81
Outros Devedores e Credores	-25.219,90	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-14.937,22	8.867,76

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Remunerações a Liquidar	110.907,79	106.430,50
Total	110.907,79	106.430,50
Rendimentos a Reconhecer		
Fornecedores de investimento	50.075,40	50.000,00
Outros acréscimos de proveitos	9.246,57	9.246,57
Saldo Devedor	59.321,97	59.246,57
Total (Saldo Credor)	51.585,82	47.183,93

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, outros ativos financeiros.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.620,31	5.260,71
Depósitos à ordem	63.493,13	65.592,13
Depósitos a prazo	50.000,00	50.000,00
Outros		
Total	115.113,44	120.852,84

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.241,98	0,00	0,00	8.241,98
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	337.331,24	0,00	-40.659,94	296.671,30
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.664.886,21	0,00	-39.689,36	1.625.196,85
Total	2.010.459,43	0,00	-80.349,30	1.930.110,13

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	62.416,49	38.148,84
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	62.416,49	38.148,84

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.348,71	4.564,25
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.348,71	4.564,25
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	19.781,30	17.198,35
Outros Impostos e Taxas	798,52	221,37
Total	20.579,82	17.419,72

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-110.907,79		-106.430,50
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		378,81
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-50.075,40		-50.000,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		25.219,90		0,00
Total	0,00	-25.891,61	0,00	-49.621,19

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	568.892,13	532.293,21
Subsídios de outras entidades	43.917,34	29.219,31
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	612.809,47	561.512,52

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	50.087,83	47.387,92
Materiais	9.676,22	9.179,72
Energia e fluidos	102.707,39	103.258,39
Deslocações, estadas e transportes	627,86	750,26
Serviços diversos	77.866,84	112.817,75
Total	240.966,14	273.394,04

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	219,47	6.973,89
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	42.004,80	42.573,30
Total	42.224,27	49.547,19

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	1,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	150,00	195,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	370,00	996,00
Total	520,00	1.192,06

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.073,54	1.292,54
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2.073,54	1.292,54
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.000,00	2.000,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1.000,00	2.000,00
Resultados Financeiros	-1.073,54	707,46

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 31 de Março de 2018.

Pego, 31 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas

C.C. nº 31310

A Direcção
António Mor
Joaquim Serrano
Joaquim Oliveira
Joaquim Fontinha
Edmundo Fontinha